

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Nome: Luana Mariano Alves

RA: 002201701039

**O PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO 2019:
AVANÇOS OU RETROCESSOS?**

Itatiba – SP

2019

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Nome: Luana Mariano Alves

RA: 002201701039

**O PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO 2019:
AVANÇOS OU RETROCESSOS?**

Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia II apresentado como pré-requisito para conclusão do curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, tendo como orientadora a Prof.^a Dr.^a Luzia Bueno.

Itatiba – SP

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE**

AGRADECIMENTOS

Confesso que fazer esta pesquisa foi um desafio. Eu sempre tive problemas com a alfabetização nos meus anos iniciais da escola e fui alfabetizada na quarta série; lembro-me de que passei por diversos psicólogos e nenhum deles me ajudava. Acredito que este tenha sido um dos motivos para que eu escolhesse a Pedagogia. Hoje, elaborando esta pesquisa, compreendo o quanto é importante que o professor entenda as diferentes perspectivas em relação à alfabetização, para que ele possa escolher a melhor forma de trabalhar com seus alunos.

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os professores que passaram em minha trajetória pela escola, pois, sem a força deles e a dedicação, nada disso seria possível; à minha família que em todos os momentos esteve do meu lado, apoiando-me, dando forças para continuar e principalmente agradecer a minha orientadora professora Dra. Luzia, que me apoiou, direcionou e me incentivou a sempre continuar.

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho
caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.*

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é fazer uma análise sobre como está apresentada a proposta de alfabetização e letramento nos anos iniciais no ensino fundamental no Política Nacional de Alfabetização - 2019 (PNA-2019), bem como verificar sua adequação ou não, com às concepções de estudiosos sobre letramento e alfabetização. O surgimento de um novo documento que visa regular as práticas de alfabetização no país traz a necessidade de analisá-lo para que se compreenda o que está sendo exigido em comparação ao que propõe às teorias de alfabetização vigentes, inclusive as que são propostas pela BNCC. A análise visou discutir sobre as concepções de linguagem, letramento, não alfabetizadas, buscando identificar quais soluções e propostas metodológicas o governo propõe, uma vez que sua justificativa principal para a implantação da cartilha PNA centra-se no número de pessoas analfabetas que ainda existem no país.

PALAVRAS CHAVES: PNA, Letramento; Alfabetização.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	11
2.1 Uma pesquisa qualitativa na perspectiva/ histórico-cultural	11
2.2 A pesquisa documental.....	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3.1 Breve resumo da história da alfabetização no Brasil.	14
3.2 Métodos de alfabetização	17
3.2.1 Método Sintético	17
3.2.2 Métodos analíticos.....	19
3.2.3 Proposta construtivista.....	22
3.3. Alfabetização e letramento	24
3.4 Alfabetização e Paulo Freire	27
3.5 Alfabetização e outras perspectivas	29
3.5.1 Maria Montessori	29
3.5.2 Celèstin Freinet	31
4 Alfabetização no PNAIC E NA BNCC	35
4.1 A BNCC E O PNAIC.....	35
5 O PNA E A ALFABETIZAÇÃO	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1 INTRODUÇÃO

A qualidade da Educação Brasileira é um assunto muito retratado na atualidade, mas sabemos que nem sempre foi assim. Se formos levar em consideração a história da educação no Brasil, vamos compreender a origem da crise. Quando criada, ela tinha objetivo de atingir apenas as elites, porém, com o passar dos anos e com a industrialização avançando drasticamente, foi necessário promover uma educação que atingisse a todos os públicos possíveis. A alfabetização e os conhecimentos básicos na língua portuguesa e matemática se tornaram fundamentais para a formação de jovens e adultos que fossem capazes de operar as máquinas. Surgiu então a necessidade de documentos que direcionassem as práticas dos docentes. Podemos compreender, assim, que o assunto da alfabetização e letramento é recente. Dentre estes documentos que regem as práticas pedagógicas estão a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que foi publicada 2017, com o objetivo de instruir e direcionar as práticas pedagógicas para que sejam iguais para todos. Outro documento que foi tão importante quanto a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que foi publicado no ano de 2012, que tinha e ainda tem o objetivo de contribuir para alfabetizar as crianças na idade certa.

No dia 15 de agosto de 2019, o Ministro da Educação junto com o Governo brasileiro publicou um documento chamado POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA), que tem como objetivo central erradicar o analfabetismo brasileiro tendo como orientação a utilização do método fônico.

Considerando a importância desses documentos que orientam o trabalho dos professores na educação básica, o objetivo central deste trabalho é fazer uma análise sobre a proposta da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental no PNA-2019, levantando o método de alfabetização e literacia, que é proposto pelo documento, levando em consideração os métodos que já existem e por muitas vezes são utilizados na sala de aula, entendendo que cada criança tem sua melhor forma de aprender. Procuraremos também fazer uma breve retomada do que os documentos como a BNCC e o PNAIC abordam sobre a alfabetização brasileiro nos últimos anos.

Na realização da pesquisa do estado da arte sobre os documentos que regem a educação brasileira como a BNCC e o PNAIC, foi identificado que existem poucas pesquisas que buscam compreender o que os documentos propõem em relação à alfabetização brasileira. O resultado da pesquisa foi: na Anped, encontrei apenas 2 artigos que descrevem o PNAIC, e nenhum sobre a BNCC, apenas relatos de reunião para a formação do documento. Já na CAPES, foi obtido que existirão 14 artigos sobre o PNAIC, dos anos de 2015 a 2018; sobre a BNCC foi encontrado apenas 2, dos anos de 2016 e 2018, e o último local em que foi levantamento dados, foi o Scielo, onde tem 4 artigos sobre o PNAIC, nos anos de 2016 a 2020 e apenas 3 artigos sobre a BNCC nos anos de 2019 a 2020.

Sabendo a importância de compreender o que os documentos trazem sobre a alfabetização, como uma futura pedagoga, faz-se indispensável analisar e compreender documentos como estes, pois sabemos que na esfera acadêmica existem poucas pesquisas sobre o tema, o que indica a necessidade de mais estudos como o meu, para que possamos refletir sobre nossas práticas docente, e compreender também o momento em que estamos inseridos. Sendo assim, podemos fazer comparações do que aprendemos em nossa formação acadêmica com o que vamos encontrar em sala de aula, como professores.

Com a escolha do tema surgiram algumas questões, como por exemplo: Qual o real objetivo do documento para a alfabetização e letramento nos anos iniciais? Que propostas de alfabetização constam no PNA? Ele está em consonância com os documentos anteriores (PNAIC e BNCC)? Para responder essas questões, utilizarei como metodologia a análise crítica do documentos, além de revisão bibliográfica de livros e artigos que abordam o assunto.

Para que possa me aprofundar na análise do documento, serão feitas comparações do que aprendemos durante o curso de Pedagogia, as propostas que são feitas no campo teórico e o que está sendo proposto no documentos lançado há pouco tempo pelo governo atual. Desta forma, poderemos ter melhor entendimento de como segue a educação pública brasileira e quais as concepções que embasam a cartilha do PNA.

Para iniciar a apresentação da minha pesquisa, trarei uma breve introdução do tema, apontando as principais características do que vai ser trabalhando durante a pesquisa, em seguida farei uma breve síntese da história da alfabetização no Brasil, dando sequência aos métodos de alfabetização, Métodos sintéticos, Métodos analíticos e Proposta construtivista, dando continuidade ao desenvolvimento abordando a alfabetização e letramento como foco principal, trazendo também uma perspectiva da alfabetização e Paulo

Freire, que contribui positivamente para a alfabetização brasileira, e para finalizar o segundo capítulo abordar outras perspectivas de alfabetização. No terceiro capítulo, vou abordar o que está sendo proposto para a alfabetização nos documentos PNAIC e BNCC. O quarto capítulo terá a explicação de como a pesquisa será desenvolvida. No quinto capítulo, apresentaremos os resultados da análise da proposta de alfabetização e métodos adotados dentro do documento proposto pelo PNA-2019.

Por fim, nas considerações finais, retomarei as questões propostas anteriormente sobre os métodos de alfabetização, buscando uma comparação com o que está sendo proposto no documento PNA-2019, desta forma levantando o questionamento sobre a importância do conhecimento dos documentos propostos pelo governo, considerando a perspectiva de autores que contribuem para formação de professores.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentaremos a metodologia de nossa pesquisa

2.1 Uma pesquisa qualitativa na perspectiva/ histórico-cultural

Segundo Freitas (2007), as teorias são parte da realidade social e modificam o cotidiano. Como bem sabemos, as teorias são levantadas a partir de textos retirados de livros, artigos, revistas e etc., elas são fruto de pesquisas e reflexões de um ser humano que é histórico por que é capaz de relatar o momento em que está vivendo compreendendo assim que o conhecimento é construído historicamente, tendo ponto de partida e chegada. Quando buscamos referenciais teóricos para o nosso trabalho, procuramos assuntos similares aos que estamos pesquisando em um contexto histórico.

Freitas (2007), aborda que se identifica com as teorias de Bakhtin e Vygotsky, que nasceram em anos próximos e viveram no mesmo país, a Rússia, compartilhando suas experiências em eras revolucionárias, mas não se conheceram pessoalmente. Foram conhecidos pelas suas ideias que se articulam, como a interação do ser humano ao meio, no caso a sociedade, o desenvolvimento das diferentes linguagens através da interação com os outros indivíduos.

A escrita é algo muito valioso; por intermédio dela, podemos compreender um momento histórico. Mediante aos textos, os seres humanos trocam e aprendem novos conhecimentos, sendo assim, devemos levar em consideração que o seres humanos são capazes de se adaptar e modificar através de estudos e aprofundamentos em determinados conceitos históricos, notando então que somos seres que aprendem com as experiências.

Segundo Freitas (2007), uma pesquisa na perspectiva histórico-cultural exige do pesquisador estudo do campo abordado, para que o mesmo seja coerente no desenvolvimento da mesma.

Em seus trabalhos, Freitas (2002) defendeu que a abordagem histórico-cultural foca nas relações entre o homem e a sociedade, sendo um processo de interação pela linguagem, dessa forma, esta perspectiva busca construir novos pensamentos que superem a dicotomia objetivo/subjetivo. Sendo assim, entendemos que o conhecimento é uma construção social. Para Vygotsky (1991), uma das metas da pesquisa é ir além da descrição, chegando à explicação. Bakhtin (1999) assume que o estudo das ciências humanas não deve servir

apenas a explicar. Para Freitas, os autores Vygotsky (1999) e Bakhtin (1999) vem a necessidade de uma pesquisa que estabeleça-se em fatos aliados à compreensão para a explicação. A descrição é complemento para explicação, pois os fatos se concretizam em acontecimentos históricos diante da sociedade.

Freitas (2007), aborda que uma pesquisa não é apenas descrever a realidade, mas explicá-la, buscando entender as construções do sujeito. Por isso, a pesquisa é um processo construtivo e interpretativo, sendo assim o conhecimento, uma construção do pesquisador apud (Gonzalez Rey,1999).

É importante entender que uma pesquisa baseada na perspectiva histórica é um estudo de diferentes momentos históricos e sociais, levando em consideração a visão do pesquisador e trazendo para a sua realidade contemporânea, fazendo com que o leitor possa compreender o ponto de vista do mesmo e ir além da compreensão.

Para Bakhtin (1999), a pesquisa é um encontro entre o sujeito, o diálogo que é entre pesquisadores e pesquisado, ambos se transformando; o pesquisador tem como papel ir além do autor, entendendo o que o outro quer dizer, mas sem perder seu significado.

Segundo Freitas (2007), os estudos qualitativos são baseados na observação participante, tendo como ponto de partida a abordagem teórica orientada e permite a observação, sendo assim um processo participativo focado na análise interpretativa dos eventos descritos, utilizando de características dialéticas, mediando o indivíduo e o social. Tendo como característica fundamental não apenas descrever o que foi dito na entrevista, mas fazendo com o que exista coerência entre o pesquisador e o pesquisado.

A pesquisa histórico cultural tem como característica muitas vezes com diferentes discursos verbais gestuais e expressivos. Discursos destes que refletem retratam a realidade construída tem uma verdade na vida social. (Freitas, 2002, 2003)

Para concluir, compreendemos que as pesquisas no meio acadêmico se fazem muito importantes, pois são as mesmas que relatam um momento histórico, tornando então muito importante para a compreensão da futura sociedade que está em constante transformação.

2.2 A pesquisa documental

Seguindo a perspectiva histórico-cultural, percebendo a importância da linguagem nas interações humanas e, portanto, o papel dos textos, propusemos esta pesquisa. Ela será

de análise documental, que tem como característica basear-se em conceitos e hipótese anterior, identificando informações sobre o que está sendo proposto em documentos:

Os documentos, enquanto elementos de pesquisa, são muito importantes, pois revelam-se como fontes ricas e estáveis, podem ser consultados várias vezes, servem de base a diferentes estudos, fundamentam afirmações do pesquisador, além de complementar informações obtidas por meio de outras técnicas. (LUDWIG, 2013 p. 13)

A nossa pesquisa está organizada em dois momentos. O primeiro momento consistiu em fazer um levantamento da alfabetização no contexto histórico brasileiro, em seguida compreender os métodos de alfabetização que já existem e, para finalizar, abordar o que está sendo proposto como método de alfabetização que tem o objetivo de acabar com o analfabetismo brasileiro. Para isso, foi realizada a leitura de artigos científicos e livros de autores renomados na área de pedagogia. Como Maria do Rosário Longo Mortatti, Magda Soares, Angela B. Kleiman, Paulo Freire, Isabel Cristina Alves da Silva Frade, além das análises de propostas de alfabetização que existem nos documentos PNAIC e BNCC. No segundo momento, foi realizada a análise do PNA, elegendo-se alguns eixos temáticos que permitiram comparar esse documento com os anteriores, para sabermos se ele representa um avanço ou retrocesso em relação às propostas para a alfabetização.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo central deste trabalho é fazer uma análise sobre a proposta da alfabetização nos anos iniciais do fundamental no PNA-2019, levantando o método de alfabetização e literacia, que é proposto pelo documento. A fim de atingi-lo, fizemos uma revisão bibliográfica para construirmos nossa fundamentação teórica sobre este tema.

3.1 Breve resumo da história da alfabetização no Brasil.

A alfabetização no Brasil sempre foi tratado como algo crítico, pois como sabemos o estudo de seu surgimento é bem contemporâneo, existindo poucos documentos que demonstram seu início na história brasileira, a mesma se volta apenas para os métodos aplicados para a alfabetização e assim afirma o autor Maciel (2008, p.229):

As últimas décadas do século XX marcaram um crescimento bibliográfico e acadêmico na área da alfabetização. Até meados da década de 1980, estudo e pesquisas sobre essa temática, voltavam-se quase exclusivamente para os aspectos psicológicos e pedagógicos, ou seja, quase exclusivamente para os processos por meio dos quais o indivíduo aprende a ler e escrever, os aspectos fisiológicos e neurológicos, os pré-requisitos para a alfabetização e para os métodos de alfabetização. (MACIEL, 2008. p.229)

Em uma entrevista para um canal do Youtube, em 2010, a historiadora Maria Luiza Marcílio transcreve a história da alfabetização no Brasil, para UNIVESP no ano de 2010, indica que o processo de alfabetização no Brasil iniciou-se a partir da colonização no século XVI, com a chegada dos Jesuítas em 1549, que tinham como objetivo aculturar os índios na cultura europeia, alfabetizando-os com seus métodos mais simples, através da música, instrumentos e cantos religiosos ou não, para que pudessem ser catequizados. Surge então um interesse pela formação de escolas que ensinassem as crianças a ler, escrever, contar. Os Jesuítas controlaram a educação por volta de 210 anos com um caráter religioso. Com o passar do tempo, os Jesuítas deixaram de lado a educação dos índios e colonos e acabaram se voltando apenas na educação da elite, surgindo então dois sistemas educacionais, o

primeiro o de ler e escrever e segundo dos colégios. A escola de ler e escrever limitava-se a ensinar aos meninos boas maneiras e a técnica da leitura e da escrita. Já os colégios eram voltados apenas para a elite, pois tinham matérias como Filosofia, moral e Língua clássica, direcionando mais tarde os rapazes que ali estudaram, a cursar Teologia, Direito ou Medicina na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Marcílio afirma em uma entrevista para a Unifesp em 2010 que, com a expulsão do Jesuítas, o governo português assumiu o sistema educacional, criando dessa forma um ensino público; esta escola era constituída pelo ler e escrever, sendo instituída em 1759, mais tendo seu primeiro professor contratado apenas em 1772.

Quando proclamada a Independência do Brasil, houve em seguida a constituinte, declarando depoimentos de províncias que diziam que nunca tinham tido um único professor régio contratado. Os poucos professores que foram contratados eram pessoas pobres e sem profissão e as únicas exigências que existiam era que soubessem ler, escrever, contar e ter doutrina cristã, pois a educação neste momento histórico era baseado no caráter religioso.

Marcílio, 2010, Em 1827, foi feita uma lei geral, criando, dessa forma, o ensino feminino no Brasil para as mulheres poderem frequentar a escola. As mesmas não eram obrigadas a realizar operações matemáticas, sendo assim elas deveriam apenas ler, escrever e realizar trabalhos domésticas. Em 1834, houve o ato adicional, descentralizando totalmente a educação do ensino primário e secundário, piorando ainda mais a educação brasileira, dessa maneira foi passada a responsabilidade de cada província, mas eles não estavam preparados para isso, pois a mudança de governantes era constante e sendo assim eles não tinham estrutura para a direção da educação.

Em entrevista, Marcílio, deixa claro que a educação em todos esses anos não teve seu devido tratamento, pelo fato também de não existirem professores capacitados para alfabetizar a população brasileira.

Marcílio (2010) descreve que, após esse período turbulento, foi criado o Ministério da Educação e Cultura em 1931 no governo de Getúlio Vargas. O primeiro ministro desta administração foi Francisco Campos e em segundo Gustavo Capanema que tentou montar toda a estrutura de ensino que até então não existia. Nesta época, o país contou com um grupo de Republicanos, preparados, pois estes vieram de faculdades de Direito, Medicina

e da Universidade de Coimbra. Trouxeram de outros países modelos de escolas com estrutura diversificadas da do Brasil, como por exemplo: a Escola Nova, com as cartilhas diferenciadas entre outras coisas. O Brasil nesse período ainda era dominado pelo Império, por esse motivo ele tinha grande parte da população excluída, pois existiam muitos escravos e era impossível dessa forma a implantação de uma educação revolucionária, somente após a Proclamação da República que começaram as ideias de democracia. Com a Reforma Industrial, fez-se necessária uma escola nova, criando-se uma escola seriada com colégio primários de meninos e meninas, além de nesta instituição existir a formação continuada de professores e a criação dos grupos escolares.

Marcílio (2010) aborda que São Paulo passou a ser um exemplo a ser seguido por outros estados, utilizando dos métodos Sintéticos e Analíticos pautados no ato de decorar e cartilhas, porém, isso terminou com a Reforma Militar e com a implantação das novas diretrizes de bases em 1971, criada para escolas secundárias e primárias. Após a Reforma Universitária, criou-se o grupo de graduação, tentando fazer uma Reforma Americanizada e criando assim o ensino elementar obrigatório. Na tentativa de corrigir um erro, o Governo Militar acabou fazendo outro, destruindo o movimento da escola nova, criou-se uma profissionalização inadequada de desenvolver professores como uma comercialização da educação, sendo assim o ensino deixou de preparar o professor da forma correta. Com a desvalorização do desenvolvimento dos professores e com a mudança do governo, a grande maioria das pessoas que se tornavam professores, tiveram de investir em suas próprias formações, diminuindo ainda mais a quantidades de professores em nosso país. Podemos compreender que a alfabetização no Brasil se tornou algo mais político do que social, com o intuito de apenas ensinar a ler e escrever para utilizar a mão de obra no mercado de trabalho, favorecendo desde sempre a elite, pessoas que tinham dinheiro e que mandavam no país. Com a Reforma Militar, poucas coisas mudaram e, mesmo com a entrada de outros governantes depois da queda dos militares, a educação não passou a ser reconhecida e esses mostraram não dar ouvidos para educadores reconhecidos como Paulo Freire, que tinha em vista uma educação democratizada e revolucionária, levando o método de alfabetização e letramento a toda população através de atos cotidianos sociais.

Podemos compreender com essa pesquisa, um pouco sobre a história da educação no Brasil e o porquê de, apesar de muitos anos terem se passado, ainda existir a prevalência da falta de interesse do governo em transformar a educação.

3.2 Métodos de alfabetização

Segundo Mortatti (2010), as disputas de métodos de alfabetização existem desde meados do século XIX até os dias atuais. Há aqueles que defendem os métodos sintéticos, outros os analíticos e aqueles que acreditam que a proposta construtivista é a salvação para o analfabetismo brasileiro. Podemos compreender que existem muitos defensores julgando a eficácia de novos métodos de alfabetização e antigos métodos de alfabetização. Para melhor entendimento, em seguida vou abordar os métodos que existem para a alfabetização.

3.2.1 Método Sintético

Os métodos sintéticos são conhecidos por partir da menor unidade para a maior (da parte para o todo). Apresenta de início as letras, os sons das letras ou as sílabas. Após a introdução das menores unidades para as maiores, inicia-se a formação de sílabas, palavras, frases e finaliza-se com textos.

Vamos apresentar os métodos sintéticos:

Alfabético: o método alfabético é considerado como o mais antigo, pois foi empregado desde a antiguidade até meados nos séculos XIX. Ele se inicia com a decoreção das letras do alfabeto, letra por letra para depois as combinações silábicas e em seguida as palavras. Após esta apropriação, foram sendo criados [...] “cantilenas” (cantorias com os nomes das letras e suas combinações) e também o treino com possíveis combinações de letras em silábrios. Essas atividades eram sem sentido, porque demorava-se a chegar ao significado. Imaginem uma pessoa decorando e cantando combinações (be-a-ba, be-e-be, etc.) e soletrando para tentar decifrar a palavra bola: “be-o-bo, ele-a-la = bola”. Pouco sabemos sobre como eram realizadas essas aulas, se os alunos tinham apoio de material escrito ou se apenas o professor possuía um livro de apoio, e são ainda recentes as pesquisas sobre essas práticas no Brasil. (Frade, 2005 p.23)

Para padronizar esta forma de ensinar foram então criadas cartilhas para “padronizar” os procedimentos, alguns destes materiais formam as cartas de ABC e os silabários.

Segundo Frade (2005), este método trazia como vantagem o fato de que o próprio nome de cada letra do alfabeto remete a pelo menos um dos fonemas que ela representa na escrita. Entretanto, no momento de leitura das palavras, na junção das partes feitas mediante a pronuncia do nome da letra, ocorria um percurso difícil. Era necessário pronunciar o primeiro nome da letra, mas abstrair os outros sons da letra. Precisava-se fazer nesta forma pois quando se dizia o nome da letra, saia sons que não pertenciam à sílaba ou à palavra. Um exemplo: “bê-á-bá, ne-a-na, ne-a-na = banana”.

Silábico: Este método vai das partes para o todo, a principal unidade a ser analisada é a sílaba; este método segue a ideia do mais fácil para o mais difícil, sendo assim das sílabas simples para as complexas. São apresentadas palavras-chaves, apenas para indicar as sílabas, que são destacadas das palavras e estudadas sistematicamente em famílias silábicas. Como por exemplo: o vovó viu a uva. Desta forma, este método permite a formação de palavras apenas com sílabas já apresentadas e formando frases e textos.

De acordo com Frade (2005), a vantagem que o método silábico tem é que atende a importância e facilita a aprendizagem, quando falamos pronunciamos sílabas e não sons separados. Este método também proporciona que algumas sílabas que não se aplica o princípio de relação direta entre fonema e grafema, um exemplo que ainda escrevemos: canto ou campo, a letra n ou m sem que ela corresponda a algum som.

Frade (2005) expõe, porém, a dificuldade que é vista pelo ponto de vista do adulto, sem levar em consideração a forma que a criança aprende, ou o que ela acha mais fácil ou difícil. Outro problema que ocorre quando utilizado este método é que os textos são artificiais e que não fazem sentido para o uso social. Sendo assim, este método está mais focado em relação a análise fonológica, com pouca ênfase nos sentidos dos textos e no uso social.

Para Frade (2005), é necessário a compreensão da complexidade em relação aos métodos, com seus princípios e as apropriações pedagógicas. A escolha de um método e bem ressaltada no caráter político da alfabetização, levando em consideração do contexto da aplicação e a escolha do universo vocabular da criança.

Método fônico ou fonético: Este método privilegia as correspondências grafo fônicas, dando ênfase na relação entre fonema e grafema (entre sons e escrita).

Segundo Braslavsky (1988), o método fônico deve começar no ensino da forma e som das vogais. Depois ensinar as consoantes, fazendo uma relação cada vez mais complexa. Cada letra que apresenta um som, junto com outro som forma sílabas e palavras. Seguindo então uma relação que deve ser respeitada de fonemas e grafemas para as relações mais complexas, sendo esse o principal objetivo.

Para Frade (2005), a vantagem que o método traz é a correspondência direta entre os fonemas e sua representação escrita, os alunos decifram com facilidade quando entendem a relação e decoram as correspondências. Os casos de correspondência direta entre fonemas e letras descritos por LEME, (1991) são: p e b, v e f, t e d. Cada uma dessas letras sempre representa o mesmo fonema e só representa esse fonema (e mais nenhum outro). Por isso, não oferece maior dificuldade para a decodificação e a codificação.

Frade (2005) aponta que este método tem alguns problemas. Existem diferenças dialéticas na pronúncia das palavras e, mesmo elas sendo escritas de forma estável, falamos a mesma palavra de formas diferentes no Brasil devido à variação linguística. Temos também o problema de que as letras podem representar o mesmo som; um exemplo disso é a letra S, que tem em algumas palavras diferentes sons, salário, salgado, salame, e por outro lado acesso, associado... e etc. Outro problema é que a consoante não é pronunciada sem o apoio de uma vogal; temos como exemplo o fonema F, que quando pronunciado tem o apoio de uma vogal, que fica escondida na emissão sonora, como [fê] [fê].

Segundo Frade (2005), para a resolução desses problemas, os professores devem utilizar figuras, para que sejam vinculadas com a palavra, imagens que representem a letra associando-as ao som, ou então parte do som das palavras para depois começar a correlacionar com figuras.

3.2.2 Métodos analíticos

Os métodos analíticos partem do todo para as partes, procurando acabar com os princípios de decifração. Orientando-se em unidades de significação.

Apresentaremos os métodos sintéticos:

Palavração: segundo, Frade (2005), neste método, as palavras são decompostas em sílabas. Diferente do método silábico, não existe uma ordem do mais fácil para o difícil, e as palavras não precisam ser decompostas no início do processo de alfabetização, sendo assim apresentadas em palavras prontas ou textos, importante somente que as palavras tenham significado para o aluno.

Para Gilda Rizzo Soares (1986), Comênio é apontado como o introdutor do método da palavração. Nesse método, as palavras são apresentadas em agrupamentos e os alunos aprendem a reconhecê-las pela visualização e pela configuração gráfica. Sendo assim, acredita que a memorização pelo perfil gráfico seja uma forma natural do ser humano.

Segundo Frade(2005), as atividades que são propostas são cartões para a fixação, com palavras de um lado e gravuras de outro, buscando fazer da leitura uma fonte de prazer. Sua principal desvantagem é a dualidade em compreender palavras novas, quando se é focado apenas na memorização, sem levar em consideração o reconhecimento de partes da palavra. A sentencição também é um problema, pois a unidade é a sentença que, depois de reconhecida globalmente e compreendida, é decomposta em palavras e finalizada em sílabas.

Global: Este método segundo Frade (2005), é o mais tardio no ponto de vista histórico. O método, parte de textos. Surgiu nas primeiras do século XX. O matéria que era utilizado para este método era produzidos Pré-livros, nestes Pré-livros poderiam trazer textos conhecidos ou desconhecidos pelas crianças, tinha como característica atividades para cada texto diferente, e não havia problemas se o mesmo personagem aparecesse mais de uma vez durante o livro.

No mesmo modelo, foi produzido, no Rio Grande do Sul, o livro Sarita e seus Amiguinhos, de Cecy Thofehn e Jandira Szechir, segundo Eliane Peres e Gilceane Porto (2004). Apud, Frade, 2005, p. 34

Grande parte do reconhecimento global de um texto é a memorização, desta forma sendo lido durante um determinado tempo, para que haja reconhecimento de sentenças,

dando continuidade ao reconhecimento de expressões de palavras e finalizando com as sílabas. Sendo assim não se trata de um processo sequencial e simultâneo entre as frases. Somente após o convívio do aluno com o texto por um determinado tempo e realizando atividades, o professor poderia ensinar uma forma de decomposição, mas com cautela para fragmentá-lo em parcelas maiores, como por exemplo: no primeiro momento a sentença, depois a palavras, aplicando assim 10 atividades iguais, para que depois da quarta vez fragmentar as primeiras atividades e assim sucessivamente.

Segundo Frade (2005), os materiais de apoio no Brasil eram impressos para serem usados como livros didáticos. Os textos trabalhados não buscavam simplificar as palavras, mas os autores davam ênfase no sistema ortográfico do português. Mas diferentes dos textos infantis, estes não apresentavam as concepções linguísticas de textos autênticos.

Para Frade (2005), a vantagem que o método global apresenta é que a linguagem é proposta de forma mais efetiva do que os outros métodos, porque não separa a forma do significado. Mesmo alguns textos tendo caráter artificial, este método proporciona que a criança leia palavras, sentenças ou texto desde suas primeiras atividades, fazendo com que os alunos adquiram o “gosto” pela leitura desde o início da alfabetização. Mas a desvantagem que ele apresenta é que o aluno precisa aprender a decodificar para aprender a ler as palavras, o professor também não sabe se os alunos estão lendo mesmo ou apenas recitando palavras e textos decorados.

Desta forma, como aborda Frade, o método global prioriza o sentido e produz uma progressão na fragmentação das unidades que serão trabalhadas nas atividades, sendo assim o professor quem define a sua intenção.

Método natural e método de imersão: segundo Gilda Rizzo Soares (1986), existe relação entre o método global e o método natural, com apenas algumas diferenças, tais como no método natural, há uma produção despreziosa do texto, escrito através de seus conhecimento de palavras, e também a utilização de desenhos para auxiliar no desenvolvimento.

Para Anne Marie Chartier e Jean Hébrard (2001) apud (Frade, 2005 p.38), o método natural utilizado pelo pedagogo francês Freinet é como um complemento do método global de leitura, tendo como foco a escrita. Nas atividades propostas, os alunos pediam um modelo gráfico das palavras, desta forma a criança teria vontade de escrever, sendo

incentivada pela sua comunicação à distância. O professor seria solicitado quando as formas de escrita estivessem difíceis para a criança, impedindo de que elas se ocupassem do significado do texto. Acreditava-se, assim, que através de sua escrita, a criança aprenderia a decodificar. Utilizava-se o jornal da escola que era proposto por Freinet, desta forma o aluno escrevia porque era participante das atividades, tendo uma função social.

Segundo Frade (2005), a proposta adotada por Freinet sofreu mudanças ao se implantada no Brasil. Os alunos escreviam textos, e era escolhido pela sala se o texto seria impresso. Futuramente esses textos eram trocados entre as salas, e esse seria o momento dos alunos conhecer palavras novas, sendo assim o professor intervia comparando as palavras que as crianças já conheciam e as novas palavras, mas infelizmente com o passar do tempo, os jornais das escolas foram sendo deixados de lado, assim os princípios também sendo abandonados.

Frade (2005) descreve que o método denominado de imersão é parecido com o método natural. Priorizando a escrita e a leitura quando se faz necessário, as atividades que são propostas são autênticas envolvendo a leitura e escrita, porque segundo ela aprende-se a ler e escrever fazendo o mesmo. Aborda-se que, quando o professor não faz intervenções, ele corre o risco de cair em um espontâneo que traz riscos para a inalienação da escola, no caso a de ensinar.

3.2.3 Proposta construtivista

Segundo Mortatti (2010), o construtivismo surgiu na década de 1980, de uma pesquisa elaborada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, na Universidade de Genebra, sob orientação do suíço Jean Piaget e com a colaboração de outros pesquisadores. Os resultados desta pesquisa foram a explicação da psicogênese da língua escrita na criança. As pesquisadoras tinham como objetivo questionar os métodos de alfabetização que existiam até o momento. O construtivismo nunca foi um método de alfabetização; pelo contrário, ele veio com o intuito de renovar a alfabetização, desmitificando a necessidade de um método específico para trabalhar com a alfabetização nos anos iniciais. Sendo assim, apresentando a descrição do processo evolutivo da escrita da criança.

Para Frade (2005), o aluno é visto como:

- A criança tem acesso a escrita antes de passar pela escola;
- Tem um processo lógico de pensamento, onde se faz uma análise do erro cometido para a realização de uma hipótese sobre o patamar que está a alfabetização;
- Constrói o conhecimento em situações espontâneas, necessitando o convívio com o sistema de escrita, e obtendo informações sobre o funcionamento;

Sendo assim, a escola precisa compreender que:

- O método ou única direção não é determinante, fazendo com que se considere o processo do aprendiz;
- O contexto escolar deve propor um ambiente de escrita, sem fazer com que a criança tenha medo de errar;
- O material deve ser diverso e fazer o uso da escrita que existe na sociedade;
- Faz-se necessária a compreensão de que nível de escrita o aluno se encontra;
- A escola deve favorecer um ambiente onde a criança possa se expressar;
- E necessário que o professor entenda o processo de como a criança aprende;

A leitura e a escrita devem ser aprendidas de maneira social, levando em consideração que a pesquisadora Emília Ferreiro abordava que o construtivismo é uma teoria psicolinguística, e não uma teoria didática.

Mesmo a prática de professores construtivistas não estando organizada para ser um método pedagógico, o construtivismo adota princípios gerais dos métodos natural e de imersão, embora reconheça a necessidade de se partir de unidades menores como letras, fonemas ou sílabas, Ana Teberosky e Teresa Colomer (2003 p. 98) apud Frade. 2005 p. 41:

Afirmam que: ... o enfoque construtivista compartilha com a linguagem integral o objetivo de fazer com que as crianças entrem no mundo do texto escrito e da cultura escrita. Ainda que suas propostas sejam diferentes, compartilha com o ensino direto a necessidade de compreender o funcionamento do sistema. Para o enfoque construtivista, facilitar o processo de compreensão da natureza do sistema e, portanto, a análise de palavras em fonemas – e facilitar a participação em atividades de escrita são objetivos complementares, não sucessivos, como sustenta o ensino direto, nem tampouco alternativos, como sustenta a linguagem integral, e ambos podem realizar-se conjuntamente na mesma aula.

Ao avançar os capítulos, podemos verificar a alfabetização em diferentes perspectivas de pesquisadores.

3.3. Alfabetização e letramento

Segundo Kleiman (2005), O letramento é a introdução das crianças, jovens e adultos no mundo da escrita, o professor pode fazer isso utilizando de leitura diária de jornais, revistas, observações das palavras escritas ao redor do mesmo, trazendo atividades que sejam diretamente ligadas a leitura e a escrita do cotidiano. Como dito antes o letramento não é um método, e sim um norteador, Pois ele se adequa a cada situação e situações das quais o aluno já vivência, desta forma o professor tem um papel fundamental nesse direcionamento, levando em consideração o conhecimento do aluno.

Segundo Kleiman (2005), o letramento e alfabetização são distintos, mas se associam. Dentro da escola utilizasse a língua escrita de diferentes formas, então podemos dizer que a alfabetização é uma prática, fazendo parte de práticas sociais dentro da instituição. Mas temos pesquisadores que são contra o uso do termo letramento, acreditando que o conceito está implícito no termo alfabetização, assim simplificando. O letramento, recebeu muitas definições e significados, como por exemplo: a sua relação com a oralidade e a linguagem não verbal, que na verdade não fazem parte da alfabetização. Autores que segue os pensamentos Freirianos, acreditavam que era necessário um conceito, utilizado em seus trabalhos “literacy” (letramento/alfabetização).

A alfabetização é uma pratica. E assim como toda pratica que é especifica a uma instituição, envolve diversos saberes (por exemplo, quem ensina conhece o sistema alfabético e suas regras de uso diversos tipos de participantes (alunos e professores) e, também, os elementos materiais que permitem concretizar essa pratica de aula. (KLEIMAN, 2005, p. 13)

Alfabetização também é um conjunto de saberes de sistema de anotação, que é utilizado em outras esferas letradas, que podem ser no ambiente escolar ou não. Assim referindo-se aos graus, modos ou níveis que o indivíduo apresenta. Alfabetização também refere-se ao processo de aquisição pois requer o desenvolvimento físico motor, mental e emocional da criança, jovem ou adulto, proporcionada por atividades com objetivo de aprendizagem do sistema da língua escrita.

Segundo Kleiman (2005), O letramento não se trata de uma habilidade, pois não existe uma padrão para ser proposto, mas envolve um conjunto de habilidades, sendo assim seguindo uma rotina de como ser feito, indo além do saber ler e escrever, e que não existe uma forma de ensinar pois ele é uma prática que está inserida no cotidiano das pessoas.

Paulo Freire utilizou o termo alfabetização com um sentido próximo ao que hoje tem o termo letramento, para designar uma prática sociocultural de uso da língua escrita que vai se transformando ao longo do tempo, segundo as épocas e as pessoas que a usam e que pode vir a ser libertadora, embora, à época, fosse mecanicista. KLEIMAN, (2005)

Para Kleiman (2005), o letramento pode acontecer individualmente ou coletivamente, por exemplo quando alguém vai viajar com outra pessoa, um vai precisar do mapa, e saber identificar e direcionar com clareza aquele que está dirigindo esta forma um depende do outro para chegar ao objetivo. As práticas de letramento são práticas situadas porque, quando utilizadas fora da escola segue uma tendência, utilizando a leitura e a escrita, o que significa que o objetivo, recurso e materiais são diferentes, atendendo as necessidades do momento da pessoa. Já dentro da sala de aula as situações são desvinculadas da origem, ou seja se tornando diferentes, porque a educação que seguimos deve ser igual para todos “padronizada”.

Segundo Kleiman (2005), um mesmo texto pode ser lido por diferentes leitores e terem perspectivas diferentes, com mudanças do objetivo estratégicos. Quando somos introduzidos a outras esferas de leitura escrita, nem sempre somos dominantes no assunto, em exemplo: um estudante precisa escrever um relatório para a comissão da escola, se não tem conhecimento de como escrever um relatório, não vai conseguir tal façanha. Assim

podemos entender que o estudo da escrita são práticas situadas, mudando a cada esfera que é direcionada.

Os alunos: Para Kleiman (2005), quando pensado nas práticas escolares os alunos são o foco, vale ressaltar que o letramento não é um método e que não existe uma forma única do trabalho do professor desenvolver em sua sala de aula, o mesmo pode trabalhar com atividades cotidianas sociais, trazendo por exemplo contos e indo além da imaginação. O trabalho com diferentes gêneros textuais que façam os alunos identificarem e relacionar com suas vidas, sendo muito importante para o seu desenvolvimento. Sempre que partido da prática para teórico possibilita ganhos no conhecimento do aluno, até mesmo para aqueles que a família não é letrado em assuntos sociais.

“O conhecimento de letra mentor abre espaço para uma nova forma de conhecer a relação entre o escrito e oral” (KLEIMAN, 2005, p47). Por esse trecho tirando do texto escrito por KLEIMAN (2005) para o letramento a oralidade deve ser parte de um todo, sendo utilizada da forma escrita e falada gêneros textuais, utilizando assim de perguntas que contribuem para o aluno imaginar as características do gênero que está sendo trabalhado, ou até mesmo conseguiu identificar as características a observar uma situação.

“A imaginação se tornou uma forma de expressão e de comunicação muito poderosa” Kleiman 2005 p.49. Assim compreendemos que para o letra mentor é necessário é escolha de materiais que chamem a atenção do aluno, que fazem parte de seu cotidiano, como jornais, textos de Blogs, mensagens de texto e etc. Materiais que utilizam diferentes linguagens como escrita e visual para ser interpretados.

O papel do professor: para KLEIMAN (2005) o professor primeiro preciso saber as funções da língua escrita no grupo e criar novas funções e inserir seus aluno e seus grupos sociais na escrita. Utilizando de situações cotidianas, para discussões sobre o mundo o professor se torna agente do letramento, um agente não precisa ser necessariamente um professor, e dominar o saber sobre a língua escrita ou sobre a linguagem não verbal, porque ele está em constante troca de conhecimento com o meio, sendo assim contribuindo e aprendendo sempre. É fundamental que o professor conheça o seus alunos, através de elaboração de pesquisas e análises particulares, para favorecer o momento de letramento.

Os projetos de ensino:

Temos usado a palavra "letrado" para descrever um sujeito que participa das práticas sociais de uso da língua escrita de sua comunicação, mesmo que ainda não tenha domínio individual da escrita, como seria um caso extremo da criança ainda não alfabetizada ou do adulto analfabeto que mora numa metrópole. (Kleiman 2005, p.54)

Desta forma conseguimos compreender que mesmo uma criança não tendo domínio da leitura e escrita, não quer dizer que ela não saiba mexer em jogos, aplicativos de celular, e através destas habilidades que as crianças são capazes de desenvolver o professor pode elaborar projetos, organizando o trabalho escolar e didático, através de montar pequenos grupos com experiências diferentes, seja ela na leitura e escrita ou na prática social para que eles possam trocar informações ideias e trabalhar em coletivo o método adotado para o desenvolvimento, Pois através dos projetos existe uma grande interação de diferentes pensamentos culturas habilidades e etc.

Desta forma podemos compreender que o letramento é uma prática social, que envolve a interação com o meio e dentro da escola ela pode trazer muitas contribuições no desenvolvimento das crianças, se fazendo assim necessário o estudo por parte do professor para se conhecer e aplicar em sua didática

3.4 Alfabetização e Paulo Freire

Como comemoração para o dia dos professores no ano de 2020, o jornal Nexo fez uma breve homenagem ao patrono da educação Paulo Freire, abordando quem ele foi, o que fez para a educação, e quais foram suas contribuições na educação. Nascido em Pernambuco, no ano de 1921, filho de um capitão e uma dona de casa, filho caçula, foi o único que teve a oportunidade de estudar, formando-se em direito, mas sua paixão foi a educação. Freire trabalhou como educador no recém-criado SESI, e através deste trabalho compreendeu que a educação através do diálogo é mais construtiva e por isso buscou democratizar as escolas.

Em 1950, o Brasil passava por mudanças por conta da industrialização, compreendendo a importância da educação para o momento histórico e inspirado pelo seu filho que, ao ver uma lata de Nescau, conseguiu ler a palavra e começou a cantar a música que via no comercial da televisão. Depois disso, Paulo Freire começou a relacionar figuras com imagens que estavam relacionados ao cotidiano das pessoas. Com a divisão das sílabas, os estudantes aprendiam a ler cada palavra e em seguida aprendiam as famílias silábicas para formar novas palavras. Em 1962, a alfabetização de jovens e adultos recebeu recursos financeiros pelos Estados Unidos, chamado de aliança para o progresso, na cidade de Angicos.

Foi então que ele realizou seu experimento mais conhecido, que tinha como finalidade alfabetizar 300 pessoas em um curso de 40 horas. Desta forma, a velocidade e a forma crítica que a educação era proposta trazia críticas positivas para a educação. A aula de encerramento do curso em Angicos aconteceu no dia 2 de abril de 1963.

Em janeiro do ano seguinte, João Goulart decretou a criação do PNA (Programa nacional de alfabetização) que adotava o sistema de alfabetização de Paulo Freire. Nesta época, as pessoas analfabetas não podiam votar, sendo assim, se o “método” tivesse sucesso, poderia ter mais de cinco mil pessoas alfabetizadas que poderiam votar. Mas com o golpe da ditadura militar de 1964, o PNA foi extinto e Paulo Freire foi preso e depois deposto do Brasil.

Neste tempo em que foi exilado, Freire passou por muitos países e trabalhou em universidades renomadas dos Estados Unidos, onde escreveu seu livro, “A pedagogia do oprimido”. Na década de 70, todos que tinham sido exilados, puderam voltar ao Brasil. Depois de 15 anos exilado, o professor passou a dar aulas em universidades como PUC e UNICAMP. Paulo Freire morreu em 2 de maio de 1997, em decorrência de um ataque cardíaco.

Para Freire e Macedo (1994), a oralidade se faz indispensável para a alfabetização, porque a oralidade e a escrita são um processo contínuo, mesmo apresentando características textuais próprias desta forma o aluno é capaz de desenvolver a competência.

Brandão (2004) aborda em seu livro que um pressuposto do método de alfabetização de Freire é que ninguém educa ninguém, e ninguém se educa sozinho, sendo assim a educação é um ato coletivo.

Segundo Frade (2005), Paulo Freire elaborou um método de caráter silábico, mas priorizando o sentido e a compreensão crítica do mundo, pela escolha das palavras, eliminando o controle do vocabulário. Através de palavras cotidianas, chamadas por ele de palavras geradoras, era analisado e sistematizado as famílias silábicas. Entende-se então que os métodos que eram adotados por Paulo Freire envolviam os métodos sintéticos e analíticos. Em seu discurso, Paulo Freire sempre abordava que não havia inventado um método de alfabetização, e classificou seu trabalho como método eclético, conforme Soares (2003). A forma de alfabetizar fugia dos princípios rígidos e acabava com a decodificação, porque visava solucionar problemas cotidianos como o direito ao voto, envolvendo assim discussões políticas, e existindo uma cobrança das pessoas não alfabetizadas para transformar a sociedade.

3.5 Alfabetização e outras perspectivas

Nesta seção, gostaríamos destacar ao menos duas outras perspectivas para o trabalho com a alfabetização: o trabalho de Maria Montessori e o de Celestin Freinet.

3.5.1 Maria Montessori

Maria Montessori nasceu em 1870 em Chiaravalle, próximo à Ancone, na Itália, e morreu em 1952 em Nordwijk, na Holanda. (Rohrs, 2010 p.12). Ela foi a primeira mulher a cursar medicina na Itália, estudando o campo de neuropatologia. Trabalhando em um clínica na universidade de Roma, aprofunda-se nos estudos de jovens com deficiência, acaba percebendo que esses jovens ainda apresentavam desejo por brincadeiras, desta forma Montessori se dedicou a educá-los.

Segundo Costa (2001), a educação montessoriana acredita que a educação está no aluno, tendo como objetivo fazer com que o aluno conheça o mundo real e o mundo não real, portanto o aluno conhece o mundo pelas suas experiências.

Para Costa (2001), o estilo de educação montessoriana aponta que o professor deve deixar seus alunos crescerem sozinhos, favorecendo a liberdade da criança:

... não é a de quatro paredes, entre as quais as crianças são combinadas, mas a de uma escola onde possam viver em liberdade para aprender e escrever. Essa ideia implica a necessidade de preparar para as crianças do mundo seu particular, onde elas possam encontrar atividades condizentes com o seu desenvolvimento físico e mental. Numa escola montessoriana o professor é um convidado, ou alguém que tenha em mente estar a serviço de seus alunos. (MONTESSORI, 1961, p.17)

O ambiente planejado é construído por três aspectos importantes: o ambiente de atmosfera agradável com as ferramentas e mobilidade adequados em tamanho e espaço, materiais especiais e, em terceiro lugar, o professor que não dá ordens, nem se intromete, mas serve de auxiliar e guia. Ele deve ser um observador experimentado que sabe quando agir para estabelecer a ordem e quando deve permanecer em lugar plano (FOOTLICK, 1968, p.34). Desta forma, para Montessori, o método não era algo relevante, pois, para cada aluno, é criada uma forma de aplicar, trazendo assim um local que propicia a educação e a aprendizagem.

Segundo Costas (2001), o professor deve trabalhar com cada criança individualmente, ouvindo, ajudando quando é solicitado individualmente. A observação tem que ser constante na sala de aula, as punições e castigos não devem existir. O ponto fundamental quando o professor estiver planejando a aula é deixar os materiais acessíveis para o aluno, para que cada um pegue seu material e, depois de usar, o devolva e guarde. Montessori acreditava que os adultos interpretam mal a natureza infantil trazendo atividades que muitas vezes não condizem com a necessidade do aluno.

Para Costa (2001), o modelo Montessoriano possibilita ao aluno o crescimento interior, reflexão das ações, concentração e aproximação de Deus. Buscando alcançar objetivos específicos como atenção, concentração, desconcentração e reflexão através das experiências, Montessori enquanto observava crianças brincando no meio fio da calçada, desenvolveu uma atividade que possibilitava que o aluno desenvolvesse as aptidões citadas acima, esta poderia ser aplicada todos os dias pelo professor, segundo os passos a seguir: o professor faz um círculo no chão da sala, e através de seus gestos, o aluno andaria sobre o círculo com os dois pés, sendo assim construindo as cinco fases, que são:

- atenção: buscar que a criança se concentre nos gestos do professor;
- concentração sem esforço: é a busca do Equilíbrio ao andar sobre a linha;

- concentração com esforço: é fazer com que o aluno tenha domínio do corpo, trabalhando assim exercícios cotidianos que exijam esforço;
- desconcentração: são momentos em que a criança brinca, dança e sem instruções;
- relaxamento: é a busca de um momento de reflexão.

Segundo Machado (2015), a liberdade que é proposta na sala de aula, às vezes pode ser reconhecida como desordem, e para que isso não aconteça, o professor precisa fazer orientações prévias, e também momentos adequados para atividades corporais e momentos de silêncio, para que o aluno promova o autocontrole, propiciando a disciplina sem punições

Como afirma Montessori (2004, p. 104), o “caráter de todas as crianças muda nesse ambiente onde podem trabalhar sem serem incomodadas, elas se tornam calmas e capazes de se concentrar”.

Machado (1986) descreve que os princípios do método Montessoriano são de uma educação sensorial, baseada na liberdade, autonomia e ritmo próprio de cada um, a face de alfabetização acontece através da preparação anterior, com os materiais sensoriais, compreendendo que a alfabetização acontece em um momento sensitivo, pensar para criança exige que ela lembre, e para as crianças muito pequenas é mais presente o pensar no concreto. Os materiais escolhidos têm como objetivo que a criança faça uso de seus sentidos, criando habilidades para a alfabetização através de sua imaginação e atenção.

3.5.2 Celèstin Freinet

Segundo Buscariolo, Lima e Anjos (2019), Celèstin Freinet nasceu em 1896, na França, em um vilarejo na cidade de Gars, nos Alpes Marítimos. Seus pais eram camponeses, ele era um educador, que lutava pelo direito dos povos, defendia “uma escola para o povo”. Sua formação foi na escola normal de Nice, como foi convocado para lutar na 1ª guerra mundial precisou largar seus estudos, quando voltou, estava com uma grave doença no pulmão. Tornou-se professor de primário em Bar-sur-loup, em 1920, que era uma escola rural, a turma que lecionava era multisseriada, trazendo então uma vasta gama de possibilidades e diversidade, para sua didática. Freinet não teve formação acadêmica, mas era estudioso, autodidata, o que levou a estudar diferentes pensadores da Educação Nova, até então a educação que estava no cenário europeu da época. Lutava pela escola que fosse para todos, por isso dedicou sua vida a dar aula e lutar pelos seus ideais, com o pensamento em transformar a sociedade.

De acordo com Buscariolo, Lima e Anjos (2019), trazer pra dentro da escola o trabalho, proporcionaria formas de desenvolver algo, sem vê-lo como ruim ou obrigatório, mas como o que está dentro do cotidiano de todos os seres humanos, defendendo então uma educação baseada nas experiências de vida.

Segundo Buscariolo, Lima e Anjos (2019), Freinet não se identificava com as formas tradicionais de educação, então utilizava de instrumentos pedagógicos, criados por ele mesmo, para a prática durante as aulas, assim atendendo as necessidades dos alunos e as dele também, por estar debilitado por conta do pulmão. Desta forma, ele formou uma nova forma de trabalho com os seguintes instrumentos:

- *Aula-Passeio*, que segundo as autoras, Buscariolo, Lima e Anjos (2019), tinha como objetivo levar os alunos além da sala de aula, porque em suas observações percebeu que as crianças tinham mais interesse pelo que estava fora da sala de aula, então Freinet organizava passeios em lugares diferentes, como a natureza, parques, e quando retornassem para sala de aula os alunos discutiam, registravam o que gostavam mais, em seguida faziam um texto sobre o passeio.

- *Texto “livre”*, segundo as autoras Buscariolo, Lima e Anjos (2019), referia-se que as crianças tinham liberdade para escolher o tema, gênero, lugar, momento, assim sendo os próprios autores de suas produções, mas sempre levantando que o texto livre tem que ser feito em caráter escolar. O texto livre fica disponível na escola para dar suporte a aprendizagem da linguagem escrita, provocando o aluno a se desafiar, para que possa discutir sobre o assunto com outros alunos em rodas de leitura, ou até mesmo quando é publicado para uso dentro da escola.

- *A imprensa escola*, que segundo as autoras Buscariolo, Lima e Anjos (2019), seria um espaço em que as crianças podiam trazer notícias, e fazer textos para que fossem publicados no jornal da escola, fazendo com que os alunos se tornassem pessoas críticas, e pudessem reconhecer a comunidade que vivem, assim aproximando cada vez o olhar para discussão de uma educação para todos, e fortalecendo o conhecimento das classes menos favorecidas da época.

- *Ateliês*, mais conhecido como “canteiros de obras” segundo as autoras Buscariolo, Lima e Anjos (2019), o professor organizava seu plano de aula e dividia as atividades em pequenas oficinas, onde as crianças podiam escolher qual ateliê atuaria, sendo um ateliê por dia, o papel do professor deste momento era verificar se durante a semana todos participaram das atividades, e planejar tudo que seria proposto com um caráter pedagógico, o plano seria individual.

- *O livro da vida*, mais conhecido por “diário de bordo” que segundo as autoras, Buscariolo, Lima e Anjos (2019), se tratava de um testemunho do trabalho realizado, um espaço para registrar o que viveram em sala de aula, desenvolvendo nas crianças a linguagem escrita, dando sentido ao escrever; se as crianças não fossem alfabetizadas, o professor assumia o papel de escriba.

- *O jornal de parede*, segundo as autoras Buscariolo, Lima e Anjos (2019), este instrumento tinha como objetivo tornar os alunos cidadãos participantes, tornando a criança ainda mais crítica, expressiva. Abria-se, assim, espaço para eles interagirem entre si, expondo suas ideias, opiniões, e ajudando também na construção das regras de convivência. As crianças também elaboravam envelopes escritos com os dizeres: “eu critico”, “eu quero saber” e “eu proponho”, e semanalmente os alunos e o professor se reuniam para lerem e discutirem os comentários feitos, avaliando o trabalho, observando a capacidade de resolver situações.

- *A correspondência inter-escola*, que segundo as autoras, Buscariolo, Lima e Anjos (2019), se tratava de cartas produzidas pelos alunos, onde o mesmo pode contar suas experiências e trocá-las com outras escolas, ou até mesmo com escolas de outro país, proporcionando um vínculo ainda maior com outras pessoas, outras comunidades e diminuindo as distâncias: Nas palavras de Élise Freinet (1979, p. 31), a correspondência escolar alarga o universo infantil, motiva novas atividades humanas, responde à afetividade expansiva das crianças, traz unidade de trabalho e de comportamento em classe. Apud (BUSCATIOLO, LIMA E ANJOS, 2019, p.122)

Para as autoras Buscariolo, Lima e Anjos (2019), não existe uma única forma de propor estas atividades, e que o professor pode adaptar as mesmas de acordo com suas necessidades,

Nas palavras do autor: [...] jamais tivemos a pretensão de criar, de implantar, um método intocável, bem pelo contrário. Oferecemos aos educadores com dificuldades em suas aulas utensílios e técnicas constantemente experimentados, susceptíveis de lhes facilitar o trabalho pedagógico [...] as técnicas Freinet não são actualmente (em 1964) o que eram em 1940, pois novos instrumentos e novas técnicas vieram enriquecer e, da mesma maneira, facilitar o nosso trabalho. (FREINET, 1964, p. 44 – 45 apud Buscariolo, Lima e Anjos 2019, p. 123)

Para as Buscariolo, Lima e Anjos (2019), o método adotado por Celèstin Freinet, é conhecido com método natural da escrita, que parte da observação do mundo, e da natureza

através de suas experiências. Para Freinet, as crianças aprendem “naturalmente” a falar, através da convivência com sua mãe e os adultos a sua volta, então assim também seria a linguagem escrita.

As autoras Buscariolo, Lima e Anjos (2019), destacam que a escrita foi muito importante para a pedagogia Freinet, que tinha como enfoque a livre expressão e a cominação para o desenvolvimento humano. Entendo que a alfabetização é uma prática social, dinâmica e dialética:

Segundo o Freinet (1964, p.39) “o método natural da leitura suprimia o b-a ba e que, como aprendizagem da linguagem pela criança, partia exclusivamente da vida, da expressão desta vida que se fixava na aula, através da impressão, em textos nítidos e definitivos.” (apud Buscariolo, Lima e Anjos 2019, p.124)

Segundo as Buscariolo, Lima e Anjos (2019), Freinet era contra o manual e cartilhas, e a favor da participação das crianças de forma que fizesse realmente sentido para sua vida, levando a leitura e a escrita, ser proporcionada de forma natural, sendo a criança construtora de seu processo de alfabetização. O professor é muito importante em todo este processo pois é ele quem direciona a criança, respeitando o ritmo de cada criança, a vendo como única.

4 ALFABETIZAÇÃO NO PNAIC E NA BNCC

Neste capítulo, visamos discutir sobre dois documentos muito importantes no trabalho com a alfabetização no Brasil: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

4.1 A BNCC E O PNAIC

Segundo Tarlau e Muller (2020), A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi um marco na história das políticas públicas brasileira, em 2017 aprovado pelo Presidente Michel Temer, mas antes de chegar em sua aprovação definitiva passou por muitas mudanças, tendo quatro diferentes versões, Dentro deste processo teve participação não só dos desenvolvedores mas também do grupo que seria direcionado, com debates e fóruns online aberto ao público, abrindo espaço para professores da rede de ensino, professores universitários, especialista em educação, abrindo espaço para dar sua opinião, tornando o documento mais democrático, mas com pouca divulgação.

Segundo Frade (2020), o documento BNCC passou por muitas mudanças até ser adotado esta versão legitimada, havendo anteriormente outros projetos elaborados ou outras propostas com um documento direcionado ao racionalismo técnico, com poucos conteúdos políticos, não apresentando nenhum método.

Frade (2020) descreve que a BNCC se fazia necessária muito antes, mais que só se concretizou através da concepção da estratégia 7.1 do plano nacional de educação (PNE 2000-2024), a meta:

7.1. estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local; (BRASIL, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024, p. 61).

Segundo o Frade (2020), a primeira versão da BNCC contava com autores formuladores do PNAIC, foram realizadas discussões e formulado de forma diagnóstica, mas houve uma troca de equipe e a nova desconsiderava as Consultas

públicas, demonstrando que o documento era elaborado por uma disputa entre MEC e Secretaria de educação, sendo assim tendo várias interpretações diferentes.

De modo geral, essa primeira BNCC estava mais alinhada com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que discutem a filosofia e o propósito das áreas curriculares, em vez de especificar competências ou conteúdo para cada série. Era mais um documento filosófico do que tecnocrático, embora especificasse áreas curriculares a ser incluídas no currículo. (TARLAU, MOLLER, 2020, p.570)

Para Frade(2020), a segunda versão, tinha como enfoque os direitos éticos sociais e políticos, no campo da língua portuguesa a interlocução, e habilidades a todas as práticas decorrentes a escolha dos campos de gêneros discursivos. Na alfabetização, houve um cruzamento entre esses Campos, mas eles seriam resignados, visando à faceta linguística. Neste eixo, a capacidade de alfabetização ficou por conta do 1º e 2º ano e o 3º ano a consolidação, tornando o aluno alfabetizado. Já em sua terceira versão, o documento já não tinha explícitos os direitos políticos, éticos e sociais.

Segundo Frade (2020) a estratégia 7.1 para cada ano do ensino fundamental e médio tirado do Plano Nacional de Educação, (PNE, 2014) teve uma ação equivocada pelos formuladores da BNCC, pois ela só fazia real sentido para aqueles que fizeram parte da formulação do documento.

Segundo Frade (2020), pela dificuldade de colocar em vigor a obrigatoriedade da educação infantil, foi necessário fazer se concretizar a lei que estava na LDB em 1996 da obrigatoriedade de ensino fundamental de 9 anos, em decorrência da lei 11.274 de 6 do 2 de 2006, trazendo para alfabetização: discussões, dúvidas sobre como funcionária educação infantil é ensino fundamental, crianças mais novas no ensino fundamental, a quebra da infância, e as questões de preparo para os professores. Fez se necessário a criação de políticas nacionais que impactaram nas questões curriculares, pela falta de um currículo nacional, criando o pró letramento 2007; o PNLD (que teve início em 1996 mas passou compor a ideia de coleção para ciclos de três anos em 2010) e o PNAIC(2012).

Segundo Frade (2020), o pró-letramento articulava entre alfabetização é letramento partindo dos trabalhos de Magda Soares (2000). A estratégia adotada para diferenciar os anos foi a de “introduzir, trabalhar, sistematicamente e consolidar” (Frade 2020 p. 7) desta forma o eixo de leitura e de produção de texto vinha continuo dentre os 3 anos, alfabetização era caracterizada pelo 1º ano, a introdução e o 2º é o 3º ano o trabalho com consolidação da leitura é da escrita.

Após cinco anos, o PNAIC foi avançando nos referenciais curriculares para alfabetização e matemática, mas este não era o texto base para formulação. Na apresentação, reforça-se que “Uma primeira questão que se coloca ao discutirmos sobre as estratégias para a melhoria da educação é relativa à delimitação de conhecimentos, habilidades e capacidades a serem contempladas nas propostas curriculares” (BRASIL, 2012, p. 6). Mais adiante aparecem alguns parâmetros também relativos ao 1º ano: “promover o ensino do sistema de escrita desde o primeiro ano do Ensino Fundamental e garantir que os conhecimentos relativos às correspondências grafofônicas sejam consolidados nos dois anos seguintes”. (BRASIL, 2012, p. 7).

Frade (2020) descreve que a ideia de ano a ano se manteve, trabalhando sistematicamente e consolidando que estava no pro-letramento. Para o PNAIC, a definição de ano comparada com o Continuum dos eixos, referisse a apropriação do sistema escrito alfabético no 1º ano do ensino fundamental. Com a expectativa de cumprir a lei: “alfabetizar todas as crianças até o terceiro ano do ensino fundamental” (PNE 2014/2024), no mesmo ano que houve as formulações do PNAIC, surge também a avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), com o objetivo de concretizar a que as crianças sejam alfabetizadas antes de chegar ao 3º ano.

Um desafio encontrado na elaboração da primeira versão da BNCC foi a questão de contusão de uma progressão de ano a ano, a progressão seria conforme a complexidade da idade para cada tipo de texto, mas muitos autores não apoiavam essa ideia. Por ser um critério pouco discutido acabou não sendo validado para segunda versão do documento. Na segunda versão existia uma expectativa que o professor faria as mediações em relação as complexidades dos textos apresentados. Em todas as versões a escolha dos gêneros textuais era organizada em tipos narrativos: expositivo, argumentativo e injuntivo, sendo assim interagindo com os quatro campos de atuação. Mesmo o tamanho e a natureza dos textos sendo deixado de lado na primeira na segunda versão os mesmos voltou na terceira versão que deixam claro os recursos e níveis textuais conforme definição do eixo. Já na versão homologada os gêneros textuais eram relevados como se não tivessem sentido e importância, como nas versões anteriores. Mas a ideia de progressão para leitura escrita, leva a necessidade de compreender vários fatores: articulação de diferentes gêneros, ou uso da leitura, a diversidade cultural e digital e a complexidade textual. Mantendo então das versões anteriores a ideia de promover autonomia e o a mediação em relação as escolhas dos gêneros textuais.

Segundo Frade (2020) o documento obteve questões envolvidas como: a ideia de mecânica ou separação da alfabetização ortografização, que não são as mesmas ideias encontrados no documento Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa 2012 também desconsiderando as questões como lógicas do termo alfabetização.

Art. 12. Para atender o disposto no inciso I do artigo 32 da LDB, no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, de modo que se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas. (BRASIL, Resolução CNE- CP No 2, de 22 de dezembro de 2017.)

Desta forma compreende-se que a alfabetização passou a ser objetiva para dois anos, e não três como posta em documentos anterior, esta mecânica trouxe pontos positivos, como a quebra de paradigmas que a alfabetização não pode ser determinada por tempo, e pontos negativos nas questões de divergências como documento anteriores como PNAIC.

“Respeitada a diversidade regional, estadual e local” esta estratégia 7.1, foi um grande desafio para ser composta no documento BNCC, porque ele se tratava de um documento que seria universal, para todos os tipos de populações de diferentes culturas, sendo assim foi adotado as ideias de letramento, para desenvolver a alfabetização e respeitar a particularidade de cada lugar:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (Brasil, 2015 p. 59)

Segundo Tarlau e Muller (2020), e importante também entender que a BNCC, só ficou conhecida depois da sugestão de um poderoso empresário brasileiro, investir, levando governantes e pesquisadores para outro país para conhecer estudar o que seria uma proposta curricular, este empresário é dono da fundação Lemann, que foi a maior responsável indiretamente em dar suporte para os pesquisadores. Esta fundação ficou encarregada de participar de perto de todo o desenvolvimento, desde a escolha dos pesquisadores, até estar junto da aprovação das versões, sendo assim marcada por muitas mudanças políticas, só entrou em debate em 2014 no governo da Presidente Dilma Rousseff, e com seu impeachment, Michel Temer assumiu, desfazendo políticas públicas desenvolvidas no

governo anterior, mas deixando a BNCC intacta, pois apoiava as fundações privadas que disponibilizavam de recursos matérias, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais.

Desta forma com a direção dos autores Frade(2020), Tarlau e Muller(2020) compreendemos que a BNCC passou por muitas mudanças até sua homologação, que mesmo sendo um documento repensado por muito tempo, ainda tem lacunas a ser observadas, pois todo seu desenvolvimento foi mais requisitado pelo poder corporativos e privados, deixando claro que a preocupação do meio educacional não vem realmente dos estudiosos, pesquisadores e sim do meio empresarial, deixando de lado os verdadeiros interesse de ter uma educação que realmente seria para todos, respeitando suas particularidades, sendo assim propondo para a alfabetização uma direção, mecanizando um ensino, sem entender o contexto em que os alunos estão inseridos.

O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), surgiu da tentativa de encontrar procedimentos que fizessem atingir a meta do ciclo de alfabetização, um dos programas lançados pelo Ministério da Educação, que teve como objetivo central o desenvolvimento de cadernos para professores, os quais seria como um norte para a formação dos mesmos. O PNAIC (BRASIL) instituído pelo Decreto nº 867, de 4 de julho de 2012, foi comprometido pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, com o intuito de garantir uma educação mais detalhada e propor um reflexão para o processo de alfabetização e a pratica didática do professor, o seu objetivo é atingir a meta de todas as crianças serem alfabetizadas com oito anos, até o final da terceira série do ensino fundamental. Utilizando conceitos como alfabetização e letramento, compreendo que são processos distintos, sendo trabalhando no ano inicial escolar, sendo assim garantindo o que está sendo proposto pelo documento.

5 O PNA E A ALFABETIZAÇÃO

Neste capítulo, vamos apresentar os resultados de nossas análises.

5.1 O PNA

O caderno da Política Nacional de Alfabetização (PNA) está disponível para acesso na internet em formato PDF.



Fonte: PNA, 2019, p. 1

O seu destinatário são professores, municípios, alunos, pais, estudantes da educação de jovens e adultos. Foi lançado no dia 15 de agosto de 2019 tendo 54 páginas. É um caderno explicativo que aborda o cenário atual da educação brasileira, marcos históricos e normativos.

Em sua apresentação, o documento aponta que traz Relatórios científicos internacionais e com conceitos sobre alfabetização internacional, explicando princípios, objetivos, diretrizes da política nacional de Alfabetização. Esse documento foi desenvolvido pela equipe do ex ministro da Educação Abrahan Bragança de Vasconcellos Weintraub. Segundo Ministério da Educação, afirmando que esse documento foi inspirado em iniciativas de países que tiveram um grande avanço em relação a educação,

“A situação está muito distante daquela estabelecida pela meta cinco do Plano Nacional de Educação PN, a saber, afim de pesquisar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano de ensino fundamental afirma contextualização” (PNA, 2019, Capítulo 1, p. 10)

O documento inicia com as notas do ministro, apresentando os princípios do desenvolvimento do caderno, logo em seguida existe uma apresentação do que se vai ser tratado. Como foi a elaboração explicando um pouco sobre o grupo de trabalho que foi convidado a participar e desenvolver. Em seguida, vem o sumário com números das páginas, capítulos e subtítulos que existem no documento, estes são:

SUMÁRIO	
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.1 CENÁRIO ATUAL	10
1.2 LINHA DO TEMPO: MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS	14
1.3 UM BREVE HISTÓRICO DOS RELATÓRIOS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO	16
2. ALFABETIZAÇÃO, LITERACIA E NUMERACIA	18
2.1 O QUE É ALFABETIZAÇÃO	18
2.1.1 ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS	20
2.1.2 A CIÊNCIA COGNITIVA DA LEITURA	20
2.2 LITERACIA	21
2.2.1 O QUE É LITERACIA	21
2.2.2 LITERACIA EMERGENTE	22
2.2.3 LITERACIA FAMILIAR	23
2.2.4 COGNIÇÃO MATEMÁTICA: NUMERACIA E MATEMÁTICA BÁSICA	24
2.3 COMO AS CRIANÇAS APRENDEM A LER E A ESCREVER	26
2.4 COMO ENSINAR AS CRIANÇAS A LER E A ESCREVER DE MODO EFICAZ	30
2.4.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	30
2.4.2 ENSINO FUNDAMENTAL	32
2.5 ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	35
2.5.1 CRIANÇAS E ADULTOS APRENDEM A LER DO MESMO MODO?	35
2.6 ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DAS MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO	36
3. POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO	38
3.1 PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES	40
3.2 PÚBLICO-ALVO E AGENTES ENVOLVIDOS	43
3.3 IMPLEMENTAÇÃO	44
3.4 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	45
4. REFERÊNCIAS	46
5. ÍNTEGRA DO DECRETO Nº 9.765/2019	50

Fonte: PNA, 2019, p. 9

No capítulo 1, Contextualização, o documento faz uma introdução de como está a educação brasileira em relação à alfabetização, abordando que a educação precisa de transformações, trazendo dados de avaliações desenvolvidas nos últimos anos no país. Faz ainda menção às cobranças da população em sanar as dificuldades, como o documento traz:

Que exige cada vez mais dos governantes e gestores públicos maior cuidado e empenho em prover uma formação básica de qualidade a todos os cidadãos, mas também é consequência de uma realidade educacional que revela a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia. (PNA, 2019, Capítulo 1, p. 10)

Em seguida no item 1.2 aborda a linha do tempo da alfabetização brasileira, trazendo consigo o desenvolvimento de todas as políticas públicas elaboradas na educação, como a LDB, PNAIC, BNCC, a meta do PNE.

No item 1.3 expõe um breve resumo da relatórios sobre a alfabetização no país e no mundo, iniciando com o discurso:

A maioria dos países que melhoraram a alfabetização nas últimas décadas fundamentaram suas políticas públicas nas evidências mais atuais das ciências cognitivas, em especial da ciência cognitiva da leitura (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2011). Essa área do conhecimento apresenta o conjunto de evidências mais vigorosas sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e como é possível ensiná-las de modo mais eficaz (SNOWLING; HULME, 2013). Apud (PNA, 2019, Capítulo 1, p. 16).

Assim abordando que países que se basearam nas ciências cognitivas, tiveram um bom desempenho, mas sem levar em consideração a especificidade do país brasileiro, que, como vimos anteriormente tem uma educação muito precoce, tanto no meio das pesquisas de políticas públicas, como podemos analisar na Anped, Scielo, como na perspectiva de autores como Magda Soares, Kleiman que formam muito importantes pesquisadores.

Apesar dos dados e das evidências trazidos pelos relatórios e documentos citados, as políticas públicas para a alfabetização no Brasil, em âmbito nacional, continuam a ignorá-los em grande parte. Por essa razão a PNA se propõe a assumir e a difundir tais contribuições, ora aprimoradas pelas evidências científicas mais recentes. E uma das mais importantes consiste em adotar um conceito claro e objetivo de alfabetização. (PNA, 2019, Capítulo 1, p. 17).

Mas como já descrito anteriormente a educação brasileira passou por muitas mudanças desde a proclamação da República, e o desenvolvimento

destas políticas públicas foram benéficas em alguns aspectos do momento em que estava se passando no país.

O Capítulo 2, Alfabetização, Literacia e Numeracia, traz os conceitos de alfabetização, literacia e numeracia iniciando o item 2.2, descrevendo o que é alfabetização, trazendo em seu discurso como se alfabetização tivesse uma forma de acontecer, com início, meio e fim, com um discurso que os educadores fazem confusão quando se trata de alfabetização:

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento para os pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando, na verdade, mal sabem ler palavras. A PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético. (PNA, 2019, Capítulo 2, p. 18).

Como se alfabetizar alguém fosse simples como ler uma cartilha e colocá-la em prática, mas como Maria Luiza Marcílio, descreve em sua entrevista para UNIVESP, as cartilhas não foram algo que deu certo quando elaboradas e propostas para educação. Pois tinham uma forma mecânica de trabalhar, dando poucas possibilidades para o professor propor aulas atrativas para seus alunos, assim desmotivando-os a continuar e não respeitando seus conhecimentos adquiridos antes de ingressar na escola.

Em seguida, no item 2.1.1, explica o que é alfabetização baseada em evidências, sem deixar claro que evidências serem essas, entrando em contradição quando dizem que:

Ora, basear a alfabetização em evidências de pesquisas não é impor um método, mas propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas. Desse modo, uma alfabetização baseada em evidências traz para o debate sobre o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita a visão da ciência, dados da realidade que já não podem ser ignorados nem omitidos. Entre os ramos das ciências que mais contribuíram nas últimas décadas para a compreensão dos processos de leitura e de escrita, está aquele que se convencionou chamar ciência cognitiva da leitura (SNOWLING; HULME, 2013; ADAMS, 1990; DEHAENE, 2011), apud (PNA, 2019, Capítulo 2, p. 20).

Esta ideia é questionável, porque o método fônico tem como objetivo reconhecer os grafemas e fonemas da escrita, sem levar em consideração o conhecimento que a crianças já detêm ao ingressarem na escola. Frade (2005) aponta que este método tem alguns problemas. Existem diferenças dialéticas na pronúncia das palavras e, mesmo elas sendo escritas de forma estável, falamos a mesma palavra de formas diferentes no Brasil devido à variação linguística. E a criança é singular, não seria possível em uma sala de aula

heterogênea impor uma única forma de trabalhar, porque eles são diferentes, trazem bagagens diferentes, como alunos que sabem mais sobre os sons, as letras, porque já têm um convívio familiar melhor, e outros alunos que entram no primeiro ano sem conhecer os símbolos básicos da escrita.

No item 2.1.2 encontramos a definição do que é a ciência cognitiva da leitura afirma:

[...] que, ao contrário do que supõem certas teorias, a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural nem espontânea. Não se aprende a ler como se aprende a falar. A leitura e a escrita precisam ser ensinadas de modo explícito e sistemático, evidência que afeta diretamente a pessoa que ensina (DEHAENE, 2011). Por isso os professores também estão entre os principais beneficiados desse ramo da ciência. Apud (PNA, 2019, CAPÍTULO 2, p. 20).

Esta afirmação está correta em partes, pois realmente a leitura e a escrita não se dão de forma natural, mas na interação do sujeito com o meio, quando feita a crítica de “ao contrário do que supõem certas teorias”, eles fazem uma crítica, mas não especificam que teorias são essas, assim deixando um espaço vazio de dúvida, sem fundamento. E está em partes, pois ensinar não requer um modo explícito e sistemático, pois como relatado anteriormente, as crianças são seres sociais, e estão em constante desenvolvimento, e através desta interação que elas aprendem.

Assim como o discurso de Kleiman, a escrita está envolvida em todo nosso cotidiano, desde o nascimento da criança. O convívio cria habilidades para desenvolver a fala e o letramento surge da mesma forma, ele se dá pelo convívio; se analisado bem a leitura do mundo já está assim dentro da criança antes de ela ingressar na escola, pois a sociedade em que se vive, dá acesso a muitas tecnologias.

Ainda do capítulo 2, no item 2.2.1, trata-se de descrever o que é literacia, palavra pouco explorada no Brasil, um termo derivado de outros países como podemos ver:

É termo usado comumente em Portugal e em outros países lusófonos, equivalente a *literacy* do inglês e a *littératie* do francês. A opção por utilizá-lo traz diversas vantagens, pois é uma forma de alinhar-se à terminologia científica consolidada internacionalmente. (PNA, 2019, Capítulo 2, p. 21).

Literacia não é uma palavra desconhecida por educadores brasileiro, a assim como podemos ver no trecho abordado, ela vem de junções de outros país, com o objetivo de descrever o que aqui no Brasil chamamos de letramento. Como sabe-se as políticas públicas

são disputas de governos, para apontar qual governo foi melhor, deu mais resultado, então sempre mudando o que foi feito no anterior, e o PNA 2019, não seria diferente. Aqui fica evidente, porque mudar uma palavra, se ela já faz parte do meio escolar.

A seguir, o caderno explica o que é letramento emergente, que propõe que a criança tenha contato com a leitura e escrita na pré-escola, alegando que, desta forma, o desenvolvimento da mesma será melhor. Trabalhando com as crianças caligrafia, interpretação de texto e escrita conforme as regras ortográficas, deixando aqui evidente que a infância que tanto se presa na educação infantil seria deixada de lado, para mecanizar a aprendizagem. A literacia familiar se trata de dar à família a obrigatoriedade de falar com as crianças de forma mais culta, fazer leituras, conferir os deveres de casa, com a proposta de: desenvolver a capacidade de interação com o mundo letrado, na criança antes do convívio com a escola, propondo que a educação começa de casa. Assim como podemos analisar no trecho:

Implementar programas e ações de literacia familiar como medidas preventivas do insucesso escolar tem sido uma estratégia empregada em diversos países. Esses programas e ações, em geral, objetivam encorajar pais ou cuidadores a desempenharem um papel mais ativo no desenvolvimento da literacia das crianças em idade pré-escolar. (PNA, 2019, Capítulo 2, p. 23).

No item 2.3, o documento explica como é que a criança aprende a ler, por meio da ciência cognitiva, que é a teoria:

A teoria psicolinguística da amalgamação explica esse processo. Quando alguém aprende a falar, aprende diferentes aspectos ou identidades das palavras: seus sons (identidade fonológica), seus significados (identidade semântica), seus usos em sentenças (identidade sintática) e seus usos sociais (identidade pragmática). Todas essas identidades ficam armazenadas numa espécie de amálgama, ou seja, numa fusão perfeita em que todas as partes formam uma única peça final, uma representação da palavra na memória. Quando se aprende a ler e a escrever, aprende-se um novo aspecto das palavras, a sua representação ortográfica (identidade ortográfica), que se funde de tal maneira às demais identidades que qualquer uma pode ativar as outras reciprocamente (EHRI, 2005, 2013, 2014), apud (PNA, 2019, Capítulo 2, p. 26).

Esta teoria refere-se que existem quatro formas de a crianças aprender a ler: a primeira é a apresentação das letras, que utiliza do conhecimento prévio das letras; o segundo é analogia, por meio de associação de rimas, e palavras familiares; o terceiro é a decodificação, afirmando que é a maneira mais fácil de aprender, pois requer o reconhecimento das letras e sons; o quarto é o conhecimento automático, que é a memorização da palavra, com o trabalho repetitivo da mesma palavra, até que ela seja

reconhecida automaticamente. Esta ideia não é correta, pois torna a alfabetização apenas a leitura e reconhecimento dos sons, sem proporcionar a autonomia nos alunos.

No item 2.4, argumenta-se que o ensino da leitura e da escrita deve ser feito pelo método fônico:

A consciência fonológica é uma habilidade metalinguística abrangente, que inclui a identificação e a manipulação intencional de unidades da linguagem oral, tais como palavras, sílabas, aliterações e rimas. À medida que a criança adquire o conhecimento alfabético, isto é, identifica o nome das letras, seus valores fonológicos e suas formas, emerge a consciência fonêmica, a habilidade metalinguística que consiste em conhecer e manipular intencionalmente a menor unidade fonológica da fala, o fonema (ADAMS et al., 2005; CAPOVILLA, A.; CAPOVILLA, F., 2000; CARDOSO-MARTINS, 2006), apud (PNA, 2019, Capítulo 2, p. 30).

Deixando claro o papel do professor, onde o mesmo tem como objetivo, apresentar inicialmente letras, depois palavras, sílabas, partindo do menor para o maior. Aqui fica a questão: e as crianças que têm conhecimentos diferentes, ritmos diferentes? Como já dito anteriormente, o Brasil é demarcado por muitos métodos de alfabetização, e até hoje nenhum foi capaz de solucionar definitivamente o problema, porque retornar a um método que não dá certo, mas não pode ser o único dentro de uma sala heterogênea.

No capítulo 3, Política Nacional de Alfabetização, expõem-se os princípios, objetivos e diretrizes para a implementação do que está sendo proposto, defendendo que seu princípio de fornecer para a educação uma política pública baseada em conceitos científicos, ciência essa apenas conhecida por pesquisadores de outros países,

A priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental é uma diretriz de implementação da PNA que beneficia sobretudo as crianças mais pobres, visto que estas, diferentemente das crianças de nível socioeconômico mais elevado, muitas vezes não encontram em casa o estímulo a práticas de literacia e por isso costumam ter mais dificuldades em aprender a ler e a escrever. Ora, um ensino sistemático e explícito das habilidades relacionadas à alfabetização ajuda a superar essas dificuldades decorrentes da condição socioeconômica. (PNA, 2019, Capítulo 3, p. 42).

Acredito que mecanizar o aprendizado destas crianças que apresentam dificuldade por conta dos problemas familiares alimentares ainda mais o desinteresse das mesmas. Porque assim tudo já está pronto, não proporciona a criança pensar, desenvolver, não coloca a criança no centro da aprendizagem.

O documento vê o professor como figura central do desenvolvimento da crianças, mas em um documento que tem mais de 50 páginas, faz apenas uma pequena menção de um parágrafo que vai dar suporte para os educadores, percebe-se assim que, para o governo, o professor tem um papel muito pequeno. Contudo, a expressão evidência científica fica exposta como se fosse todo o processo de alfabetização fosse um pacote pronto, que só precisasse ser aplicado. Esquece-se, assim, das inúmeras pesquisas feitas por brasileiros que mostram que é preciso escolher os métodos de acordo com os alunos e suas realidades, não sendo possível predeterminar nada:

Considerando, por fim, o imenso desafio da alfabetização, de modo especial no Brasil, a missão do professor alfabetizador se reveste de importância decisiva para a PNA. Figura central do ensino, o professor merece ser valorizado no seu desenvolvimento profissional e na função que desempenha na sociedade (art. 5º, VIII). Nos dias de hoje, muitos bons estudantes deixam de optar pela carreira de magistério por conta da falta de valorização do professor. A PNA buscará promover um aprimoramento na formação dos professores da educação infantil e dos professores do ensino fundamental, nos currículos de formação inicial e continuada, com fundamento nas evidências científicas mais recentes das ciências cognitivas. (PNA, 2019, Capítulo 3, p. 43).

A PNA 2019 finaliza o seu terceiro capítulo abordando quem são e a quem é direcionado o mesmo, são elas: as crianças da primeira infância, o ensino fundamental, alunos da educação de jovens e adultos e alunos das modalidades especializadas de educação. Relata que os envolvidos no desenvolvimento do quê? foram: professores da educação infantil, alfabetizadores, professores especializados em educação, demais professores de educação básica, gestores escolares, dirigentes de redes de educação, instituições de ensino, famílias, e organizações de sociedade civil. Mas deixa uma dúvida: como foi elaborado, quem foram essas pessoas, como foi escolhido esse grupo?

O ministro da educação escolhido pelo governante Bolsonaro foi eleito no ano de 2019, como em tão pouco tempo poderia ser criado um documento que ditaria toda a forma de alfabetização brasileira, levando em consideração educadores renomados? É preciso ressaltar que esse grupo era fechado, com pensadores de apenas uma perspectiva, desta forma fica claro que a democracia não foi realmente utilizada.

No item 3.3 ilustra-se a implementação do caderno, que será realizada por meio de programas, ações e instrumentos que incluam: orientação curricular e metas na educação infantil e fundamental; o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados para a literacia emergente; a recuperação de crianças, jovens e adultos que não foram alfabetizados; a promoção de práticas de literacia familiar;

o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal; a ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática nos currículos de formação de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Através da análise destas metas estipuladas, compreendemos que a educação será voltada para os anos iniciais das crianças já na educação infantil, a formação de professores alfabetizadores, mas em nenhum momento se cita como será desenvolvida essa formação, se haverá um espaço, um momento adequado para o desenvolvimento da mesma.

No item 3.4 descreve que a avaliação é uma parte muito importante para a implementação: “Quando se tem em vista o objetivo proposto, a produção de resultados confiáveis, a identificação de problemas no percurso, a eficácia no uso de recursos públicos, fica evidente a importância desses mecanismos.p.45”. Indica como mecanismos de avaliação: avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados; incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem; desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita; e incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta política.

Esse conjunto parâmetros guiarão avaliações de larga escala, que são apenas testes geralmente, não proporcionando aos alunos o desenvolvimento crítico do conhecimento recebido. Desse modo, faz-se mais uma vez as escolas desenvolverem formas de trabalho para se saírem bem em avaliações, e não se importando com o real, que é o aluno.

Por meio desta análise de dados, compreendemos que a educação brasileira realmente precisa de mudanças. Mas o desenvolvimento de políticas públicas precisa levar em consideração o real sistema educacional, aquele que está dentro da sala de aula, ouvindo, assim, os alunos e professores, porque são eles os agentes das mudanças.

Quando um discurso é repetido tantas vezes como a palavra evidência (36 vezes) e a científica (17), torna assim algo muito questionável. Entendendo assim que tudo que é colocado como totalmente certo gera desconfiança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de políticas públicas no Brasil passou por muitas mudanças, assim como a educação brasileira e todos somos escritores desta história, mas nem sempre ouvidos da forma que deveria ser. As disputas por métodos de alfabetização, o desenvolvimento de diferentes políticas públicas, as trocas de governos constantes, a falta de investimos nas pesquisas no ramo da educação, fizeram com que a mesma fosse deixada de lado com muitas discussões e perspectivas diferentes. Isso tudo tem afetado o aluno, aquele que realmente é o centro da aprendizagem.

Hoje a escolarização é ofertada de forma gratuita e para todos, mas infelizmente não perdeu seu objetivo, que é formar cidadãos para o mercado de trabalho, ensinando a eles o básico da educação, como ler, escrever e contar, fazendo assim a desigualdade social aumentar cada vez mais. A criação de políticas públicas é uma forma do governo justificar o porquê de tanta desigualdade, sempre ignorando o fato de que a sociedade está em constantes mudanças, então o velho se torna novo, e o nova passa ser velho, descartável, desconsiderando todo o trabalho que já tenha sido obtido.

A elaboração da POLITICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA) 2019, foi marcada por trazer consigo um discurso de uma alfabetização baseada em conceitos científicos, mas acaba apenas impondo para a educação uma forma antiga de se trabalhar, no caso o método fônico, que é considerado uma forma engessada de se alfabetizar, não levando em consideração que nas salas de aula existem crianças heterogêneas, cada aluno traz consigo uma bagagem diferente. Desconsidera-se também o trabalho de pesquisa de autores como Magda Soares, Angela Kleiman, Paulo Freire, que no campo da educação tiveram grandes contribuições. Constata-se assim que a proposta feita é uma educação na perspectiva do método fônico e cognitivo, representado da menor parte para maior, fazendo com que o aluno tenha a sua autonomia controlada, porque todos devem estar o mesmo grau de educação.

O documento aborda que será proposto para os educadores cursos de formação, mas estes são apenas para ensinar a forma de trabalhar com o método proposto, desta forma compreendemos que o desenvolvimento de pesquisar só são interessantes para o governo quando seguem o mesmo discurso que eles.

Com a realização desta pesquisa, compreendi que as disputas governamentais afetam diretamente na educação brasileira, tratando-a como uma mercadoria, e não como

realmente deveriam ser vista. A educação precisa de mudanças, mas significativas, que abordem diferentes perspectivas, que vejam a educação não só como uma obrigação, ou tratada de forma empresarial, mas que coloque o aluno como centro do aprendizado, tornando-o assim, um cidadão crítico e consciente de seu poder dentro da sociedade.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, M. J. *Beginning to read: thinking and learning about print*. Cambridge: MIT Press, 1990.

ADAMS, M. J.; FOORMAN, B. R.; LUNDBERG, I.; BEELER, T. *Consciência fonológica em crianças pequenas*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: M. Bakhtin, *Estética da Criação Verbal*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 277-326.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional*. – Brasília: MEC, SEB, 2015. 76 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, dezembro de 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2009/21/11/BNCC_EI_EF_11_0518-versaofinal_site.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização*. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. P.54 disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASLAVSKY, B. O método: panaceia, negação ou pedagogia? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 66, ago. 1988.

BRANDÃO, C. R. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BUSCARIOLO, Ana Flávia Valente Teixeira *et al.* PEDAGOGIA FREINET E ALFABETIZAÇÃO: A POTENCIALIDADE DOS INSTRUMENTOS DESTA PEDAGOGIA PARA FORMAR CRIANÇAS E PROFESSORES. *Rev. Int. de Form. de Professores (RIFP)*, Itapetininga, ano 2019, v. V.4, ed. N.4, p. 117-133, out./dez. 2019.

DOI. Pdf. Disponível em: <file:///C:/Users/luluk/Downloads/1496-6200-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. Efeitos do treino de consciência fonológica em crianças com baixo nível sócio-econômico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 13, n.1, p. 7-24, 2000.

CARDOSO-MARTINS, C. Beginning reading acquisition in Brazilian Portuguese. In: JOSHI, R. M.; AARON, P. G. (Org.). *Handbook of orthography and literacy*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2006. p. 171-187.

CEALE. Letramento. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento>. Acesso em: 11/12/2019.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. Método silábico e método global: alguns esclarecimentos históricos. *História da Educação*. Pelotas: Editora da UFPel, v. 5, n. 10, p.141-154, out. 2001.

COSTA, Magda Suely Pereira, Maria Montessori e seu método, *Revista linha críticas*, Brasileira, v. 7 n.13 Jul/dez 2010 p. 305-320.

DEHAENE, S. *Apprendre à lire: des sciences cognitives à la salle de classe*. [S.l.]: Odile Jacob, 2011.

EHRI, L. C. Learning to read words: Theory, findings, and issues. *Scientific Studies of Reading*, v. 9, n. 2, p. 167-188, 2005.

EHRI, L. C. Aquisição da habilidade de leitura de palavras e sua influência na pronúncia e na aprendizagem do vocabulário. *Alfabetização no século XXI: como se aprende a ler e a escrever*, p. 49-81, 2013.

EHRI, L. C. Orthographic mapping in the acquisition of sight word reading, spelling memory, and vocabulary learning. *Scientific Studies of Reading*, v. 18, n. 1, p. 5-21, 2014.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. MÉTODOS E DIDÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS E MODOS DE FAZER DE PROFESSORES: Caderno do Professor. Ceale/FaE/UFMG, Belo Horizonte, v. 4, p. 1-72, 2005. DOI Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o>

3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2008%20Metodos_didaticas_alfabetizacao.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Palavra aberta- BNCC e a alfabetização em duas versões: concepções e desafios. Dossiê alfabetização e letramento no campo educacional. Belo Horizonte: Educação em revista, 2020.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A PESQUISA QUALITATIVA DE ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL: FUNDAMENTOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS. UFJF, [S. l.], p. 1-16, 12 jul. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Marilene/Downloads/Freitas%20Abordagem%20hist%C3%B3rico%20cultural%20Pesquisa%20Qualitativa%20(3).pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

FONSECA, T. N. L (Orgs). História e Historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOOTLICK, Jerroldk. Uma nova era para a educação: São Paulo: Bloch, 1968.

LEMLE, Miriam. Guia teórico do professor alfabetizador. São Paulo: Ática, 1991.

MACIEL, F. I. P. História da Alfabetização: perspectivas de análise. In: VEIGA, C. G;

MACHADO, Izaltina de Lourdes. Educação Montessori: de um homem novo para um mundo novo. 3 ed. São Paulo: 1986.

MONTESSORI, Maria. A Educação e a paz. São Paulo: Papyrus, 2004.

MONTESSORI, Maria. Pedagogia Científica. Trad. Aury Brunetti. São Paulo: Flomboyant, 1965.

MORTATTI, M. R. L. Educação e letramento. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44 maio/ago. 2010 Pg. 329-410.

NEXO, Jornal. Quem foi Paulo Freire. E seu trabalho como professor. 2019 (8m 10s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VjjV8ROzMho&t=24s>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RÖHRS, Hermann. MARIA MONTESSORI / Hermann Röhrs; tradução: Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 142 p.: il. – (Coleção Educadores).

SNOWLING, M. J.; HULME, C. A ciência da leitura. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Gilda Rizzo. Estudo comparativo dos métodos de ensino da leitura e da escrita. 4 ed. Rio de Janeiro: Papeleria América Editora, 1986.

PERES, Eliane; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. Registros marginais: escritas de crianças em cadernos escolares de pré-escola e 1º ano (1930-2010). SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO EM ESTUDOS DA CRIANÇA, 2, 2014. Anais... Porto Alegre: Ufrgs, 2014.

OBERER, N.; GASHAJ, V.; ROEBERS, C. M. Executive functions, visual-motor coordination, physical fitness and academic achievement: longitudinal relations in typically developing children. *Human Movement Science*, v. 58, p. 69-79, 2018.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. p.86 (Série legislação; n. 125)
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2012014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

NORTON, A. et al. Are there pre-existing neural, cognitive, or motoric markers for musical ability? *Brain and Cognition*, 59, p. 124-134, 2005.

UNIVESP, Universidade virtual do estado de São Paulo, Cursos Livres Univesp TV - História do Brasil - História da Alfabetização. 2014 (52m52s) Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=eJgqRDLWxcM&t=2639s> >. Acesso em: 10 jul. 2020.